

## Especialistas e magistrados debatem saídas para dívidas a conselhos profissionais

Encontrar uma solução para a cobrança da dívida ativa dos Conselhos Profissionais, minimizando a judicialização, é o objetivo de magistrados e especialistas que estiveram reunidos no Seminário Dívida Ativa dos Conselhos Profissionais, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, na última segunda-feira (12). Essas instituições recorrem à Justiça Federal para reaver, por meio de execuções fiscais, valores referentes a anuidades, multas e taxas de fiscalização. Os executivos fiscais representam atualmente um gargalo para o funcionamento do Judiciário.

De acordo com a presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, conselheira do CNJ e desembargadora federal Daldice Santana, a proposta do evento é contribuir com reflexões para o fim de uma judicialização “expressiva”.

O perfil dos processos de execução fiscal na Justiça Federal é conhecido desde 2011, quando o CNJ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) traçaram um diagnóstico da judicialização. À época, os conselhos profissionais respondiam por 36,4% das execuções fiscais que então tramitavam no Judiciário. O valor cobrado médio – R\$ 1.540 – muitas vezes não cobria sequer os custos processuais da tramitação judicial do processo.

A programação do seminário incluiu a apresentação de uma pesquisa realizada pelo CNJ para atualizar essa problemática. O estudo feito este ano abrange 328 conselhos profissionais, com cerca de 13,7 milhões de profissionais inscritos. Clique aqui para acessar a programação do evento.

A escolaridade das partes envolvidas nos processos, segundo a conselheira Daldice Santana, além da tecnologia disponível na Justiça, são trunfos para encontrar uma saída para o problema. “Estamos em ambiente de alta tecnologia. Precisamos aproveitar esses recursos de alta tecnologia sem descuidar do lado humano, no entanto. Temos de aliar a tecnologia com humanidade. Espero que o evento cumpra esse objetivo”, afirmou a conselheira, na solenidade de abertura do evento.

Segundo o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, a União é parte em 19 milhões de ações judiciais. À frente da AGU pelos próximos anos, Mendonça aposta na negociação para encerrar cerca de 20% dos conflitos em tramitação na Justiça atualmente. “Tenho incentivado colegas a buscar essa solução. Por isso contamos com a parceria da Justiça Federal na busca e desafiar conselhos aqui tão bem representados. Que os conselhos busquem essa solução, que passem a ver a outra parte do litígio como agente da solução e não como causador do conflito”, disse o ministro.

De acordo com a corregedora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadora Maria do Carmo Cardoso, esse tipo de execução fiscal já é um “debate antigo”. A cobrança dessas dívidas, quando levadas aos tribunais, leva muito tempo para ser resolvida. “Não adianta transformar Justiça Federal em um balcão de cobrança. Não leva a lugar nenhum. É demorado. Eu sei que nenhum conselho quer fazer cobrança direto ao seu profissional, mas é preciso realizar um procedimento conciliatório prévio, nas próprias instituições, nos órgãos, e não no Poder Judiciário”, disse a desembargadora.

O Relatório Justiça em Números 2018 revela que o “tempo de giro” do acervo desses processos – um dos tipos de execução fiscal – é de 11 anos. Equivale dizer que, se o Judiciário parasse de receber novas execuções fiscais, a Justiça ainda precisaria de 11 anos para dar uma resposta definitiva às pendências dos processos existentes.

Fonte: Portal CJF

### Aniversariantes

**Hoje:** Juiz federal substituto Fábio Roque da Silva Araújo (2ª Vara), Emilia Builhões Fagundes (10ª Vara), Mauro Guilherme Roque Reis dos Santos (NUCJU), Luiz Carlos do Santo Barreto (Barreiras), Reginaldo da Conceição Coelho (11ª Vara), Roquelina Copos Santana (CS) e Adelia Reis Machado (Turma Recursal).  
**Amanhã:** Roberval de Araújo Leão (3ª Vara), Reinaldo Saturnino da Costa Junior (Juazeiro), Hortencia Silva Costa Moura (16ª Vara), Rondinely de Jesus da Silva (CS), **Domingo:** Ernesto Calixto Netto (Juazeiro), Gutemberg Souza de Jesus (DIREF) e Carolina Elisabete Jorge Albuquerque (JEF), **Segunda:** Paulo Henrique Rocha Mota (Turma Recursal). **Parabéns!**

## DIREF e AJUFBA participam de Audiência Pública sobre Reestruturação da Justiça Federal na Bahia

A Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia e a Associação dos Juizes Federais da Bahia (AJUFBA) foram convidadas pelo Deputado Estadual Hilton Coelho (PSOL) para participarem da Audiência Pública, realizada hoje, às 9h, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa (ALBA), que discutiu a respeito da redistribuição de Varas da Justiça Federal em Salvador para Subseções Judiciárias no interior do Estado, proposta por um estudo realizado pelo TRF-1. O outro tema objeto da audiência é sobre a necessidade de criação do Tribunal Regional Federal da 8ª Região (TRF-8), com sede em Salvador.

A audiência teve por finalidade trazer para o debate público medidas efetivas que visem proporcionar celeridade aos processos e o melhor atendimento à população baiana, que procura o Poder Judiciário para a defesa dos seus direitos individuais e coletivos. A Criação do TRF-8 é uma antiga promessa, já aprovada pela emenda constitucional (EC 73), e que foi suspensa em 2013 por meio de uma liminar concedida pelo então Presidente do STF, Joaquim Barbosa.

A Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia e a AJUFBA foram representadas na Audiência Pública, pelo Juiz Federal Saulo Casali Bahia.

## Serviço Voluntário na Justiça Federal

Graduados, estudantes e pessoas da sociedade em geral podem contribuir diretamente com a prestação de serviços realizada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seções e Subseções Judiciárias. Desde 2016, o órgão conta com o Programa de Serviço Voluntário, possibilitando que voluntários exerçam cidadania e ganhem experiência.

São inúmeras as tarefas de expediente disponíveis, como, por exemplo, triagem de processos físicos, juntada de petições e de documentos, expedição de correspondências, elaboração de certidões e análise de processos na área judicial, elaboração de planilhas e de relatórios de avaliação de desempenho, realização de curso de ambientação a servidores novos e ações do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho (PMAT) na área administrativa.

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

## AGENDA CULTURAL

### O Corrupto



O ator baiano Frank Menezes traz para o palco do Café-Teatro Rubi, no Wish Hotel da Bahia, nos dias 16, 17, 23 e 24 de agosto, às 20h30, o espetáculo solo “O Corrupto”.

O texto de O Corrupto foi escrito durante um ano e meio pelo ator. Sob a direção de Marcelo Prado, que estreia dirigindo, Frank encarna um professor que dá aulas de corrupção ativa a uma turma de alunos de um curso que ensina a ser corrupto das mais variadas formas.

Só que esta turma está em recuperação pela quinta vez por não conseguir atingir os níveis necessários para passar à próxima etapa de formação em corrupção...

Em O Corrupto, Frank, com seu humor absolutamente inteligente, enfia o dedo em todos os pontos com nervos expostos na sociedade brasileira atual. Fala dos políticos, é claro, mas fala também da corrupção perpetrada por líderes espirituais de várias religiões, da corrupção nas instituições públicas e nas empresas privadas, nos meios de comunicação e das pequenas corrupções do dia a dia, aquelas toleradas sem dores de consciência pelo cidadão comum, como estacionar na vaga de deficientes, furar fila e outras tantas “coisinhas”.

O valor do ingresso é R\$ 50,00  
Bilheteria 71 3013.1011 / tixs.me